



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Moção Nº. 004 /2011

Exmo. Sr.  
Marcelo Demoliner  
D.D. Presidente do Poder Legislativo  
Nesta

Câmara Municipal de Erechim  
APROVADO

Sessão: 09/05/2011

Presidente

PROTOCOLADO

09/05/2011

Secretaria Geral

Moção de apoio a Regulamentação da Emenda 29/2008, que altera de 7% para 10% a verba destinada à Saúde no Orçamento da União, que Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, a votação do destaque supressivo da Contribuição Social para a Saúde (CSS).

Senhor Presidente

A Vereadora que abaixo subscreve, amparada na Lei Orgânica e no Regimento Interno, requer que após apreciada e aprovada por esta colenda Casa Legislativa, seja encaminhada a presente Moção de Apoio para os Líderes dos Partidos com representatividade na Câmara Federal, à Bancada Gaúcha na Câmara Federal, ao Presidente da Câmara Federal.

Justificativa

A regulamentação da Emenda 29 corrige em parte a distorção e a diferença gritante entre o interesse e a responsabilidade do Governo Federal, que destina 7% para a Saúde, e por exigência da Lei o Estado dispõe no orçamento 10%, cujo percentual não sabemos e duvidamos que seja executado. De outra parte, e por este motivo, acompanhamos ao longo destes últimos 41 meses as dificuldades enfrentadas pelo município para atender as demandas locais e de parte da região.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Hoje nossos gastos com saúde em Erechim, beiram os 20%. Com isto fica caracterizado o adágio popular “é fácil fazer caridade com o chapéu dos outros”. Os gastos com publicidade institucional, do Governo Federal, Estadual e Municipal são significativos. Quando ouvimos e vemos diariamente ações na saúde, cantadas em versos e prosas, justificando a eficiência das medidas adotadas e que tudo está perfeito, sem problemas, às mil maravilhas, talvez fosse o caso de buscarmos a interferência do PROCON, pois se trata de propaganda enganosa.

A solução do problema reside no financiamento, cujas dificuldades se acentuaram a partir de 1994, com a criação da famigerada DRU (Descontingenciamento de Receitas da União) para flexibilizar gastos do Governo Federal, o que ocasionou um desvio de 20% das receitas da seguridade, só em 2009, foram cerca 38,8 bilhões, que saíram da seguridade, por conta da DRU, valor maior que o superávit fiscal (R\$ 32 bilhões), na década de 2000 os gastos em saúde eram de 2,89% do PIB, deram um pequeno salto para 3,67%, mas os estados ricos deixaram de gastar 12% de suas receitas com a saúde, incluindo o Rio Grande do Sul, cujo desvio, beira 27 bilhões, dados levados a público pelo Deputado Federal e Médico Darcisio Perondi.

Alem de tudo, analisando a real situação, da qual somente nós aqui no Município vivenciamos as situações mais inusitadas acontecendo, falta de leitos, exames limitados, médicos mal pagos, faltam medicamentos de tratamento contínuo, podemos avaliar a dura realidade bem diferente do tão decantado milagre dos últimos cinco anos.

A preocupação se agrava quando esta estampada a visível intenção de ações do Governo, Municipalização Saúde, Educação, daqui a pouco ate a Segurança, dentre outras obrigações que são de sua responsabilidade, e o estranho é que os recursos para cobertura das despesas não são provisionados.

A carga tributária é exagerada, o brasileiro comemora, com pesar no próximo dia 27, os 148 dias (centésimo quadragésimo oitavo) que trabalha para pagamento somente de impostos, cujo retorno em serviços ainda deixa muito à desejar.

A arrecadação diária é contabilizada e depositada na conta do Governo na hora do recolhimento, esta viagem é relâmpago, contudo, tanto na esfera Federal, a viagem da volta dos recursos é lenta sinuosa, cheia de exigências e acidentes de percurso.

Acabou o Regime de Ditadura Fechado em 1986 com as Diretas Já, hoje estamos vivenciando um Regime Ditatorial de Finanças.

Dos tributos a serem recolhidos, o Governo Federal fica com aproximadamente 62%, o Estadual com 24% e o Municipal 14%, lembrando que a vida na sua plenitude acontece no Município.

Podemos citar também a Marcha em Defesa dos Municípios, que, segundo organizadores, levará cerca de 3 mil prefeitos à Capital Federal, reivindicar os Royalties do Petroleo, Verbas para a Saúde e os Restos a Pagar, marcha que ocorre desde 1998,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

e já obteve várias vitórias aos municípios, como a implantação da CIP, o aumento dos tipos de serviços a serem cobrados o ISSQN, e o recente Fundo de Participação dos Municípios.

Se os governos transferirem responsabilidades aos municípios, é sua obrigação, na mesma proporção, transferir recursos.

Sala das Sessões, 09 de Maio de 2011.

*Vania Y.S. Miola*  
Vania Isabel Smaniotto Miola  
Ver<sup>a</sup>. Líder da Bancada do PPS